**TECENDO EMARANHADOS, PENSANDO CORPOS-COM E CONSTITUINDO FUTUROS REPARADORES**

Will Paranhos

Doutorande em Educação - UERJ/Giros Curriculares (UERJ/CNPq)

Resumo

No presente texto me proponho a, minimamente, apresentar o que venho chamando de “radicalismo identitário”, sustentado na proliferação de “diferenças-entre”, as quais impedem o fluxo da *différance* na tessitura de emaranhados relacionais, presente tanto nos movimentos sociais quanto na educação. Deste modo, apresento as noções de “corpos-com-a-escola”, “corpos-com-o-currículo”, “corpos-com-a-educação”, distanciando-se das perspectivas antropocêntricas e compreendendo tais “corpos” enquanto modo e meio de afetação. Por fim, aposto que este movimento é possibilitador de “futuros reparadores”, os quais dependem da não fixação colonial e de uma abertura total à alteridade.

Palavras Chaves: educação; currículo; radicalismo identitário; emaranhamento.

Escrevo, neste exato momento, afetade e atravessade por uma discussão em torno de um artigo no qual estou trabalhando junto de outras pessoas. Acho importante frisar este sentimento - não no sentido emocional do termo, mas na expressão daquilo que meu corpo “sente” -, justamente para, mais uma vez, reafirmarmos que nossas pesquisas e escritas não são - e não devem ser - isentas do “sentir”, ou, em outras palavras, da afetação. A afetação a qual me refiro é aquela em Gilles Deleuze (2017), sustentada nas difrações de Espinosa.

Tomo a afetação como princípio, mesmo que não inicial, para pensar-com-o-currículo, com-a-escola e com-a-educação, neste “com” sempre afetando e sendo afetade, e, para tanto, passo a discorrer sobre a situação ocorrida. Nos propomos a pensar, no texto, as corporalidades em dissidência. Uma das pessoas havia se disponibilizado a iniciar a construção do artigo, a fim de que pudéssemos, a partir dali, seguir. Li, reli e não consegui avançar. Somente incômodos me acometeram e estes são a expressão da afetação.

Os primeiros escritos propunham um debate acerca da garantia de direitos das corporalidades gordas no que tange a acessibilidade e, consequentemente, seu reconhecimento enquanto corpos com deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência reconhece que pessoas gordas devem ser consideradas enquanto corpos com mobilidade reduzida (Brasil, 2015) e que, portanto, devem ter acessibilidade e prioridade garantidas por lei. Sabemos que a questão das prioridades em assentos, por exemplo, já são muito mais “comuns” do que a garantia de acessibilidade em outros meios e espaços. Não nego aqui, e em momento algum, a necessidade de reconhecermos e lutarmos por tais direitos, primando por seu resguardo, assim como também não nego a existência de uma gordofobia estrutural (Will Paranhos; Maria Luisa Jimenez-Jimenez, 2023) que produz estigmatizações do tipo “pessoa gorda não deve ser prioridade, porque ela pode emagrecer” (*sic*). Contudo, creio que, para tanto, devemos seguir na produção de difrações que problematizem tal estrutura corponormativa, a qual atinge não somente as corporalidades gordas, mas todas aquelas que não seguem o “padrão” de “normalidade”, e não buscarmos “agregar” mais uma fixação identitária que solapa a possibilidade dos fluxos da *différance* (Jacques Derrida, 2008) que é, justamente, impedida pela cristalização das “diferenças-entre”.

O incômodo do qual aqui trato e o qual me levou, inclusive, à escrita deste texto, surge justamente no momento em que tenho buscado constituir pesquisas que se aproximem de uma noção de “corpos-com-outros-corpos-em-si” (Will Paranhos, 2024a), noção esta que se aproxima da “porosidade” trabalhada por Judith Butler (2022), a qual, por sua vez, depende da “alteridade radical[[1]](#footnote-0)” (Butler, 2015; 2022), dessa abertura absoluta e hospitaleira ao estrangeirismo (Jacques Derrida; Anne Dufourmantelle, 2003) e, por fim, mas sem nada finalizar, da abertura às afetações, sejam elas ativas ou passivas.

O fato ocorrido fez com que eu me deparasse, mais uma vez, com a lógica que tem predominado, seja no cenário acadêmico ou social - tanto movimento quanto senso comum -, que é a de uma imposição das “diferenças-entre”, culminando naquilo que venho chamando, nas tramas de minha pesquisa de doutorado, de “radicalismo identitário”. Evidencio aqui o fato de que o “radicalismo” assume a “dianteira”, justamente numa tentativa de explicitar que não é “todo” identitarismo que é radical, mas que existe sim uma radicalidade em meio às pautas identitárias, radicalismos estes que, diga-se de passagem, expressam-se nos mais variados cenários da política social, tanto em setores mais progressistas quanto nos mais conservadores. Não tenho possibilidade de discorrer mais a respeito desta questão específica, porém penso que focar na questão das “diferenças-entre” já possa ser profícuo para aquelus que compreendem-se enquanto profissionais e pesquisadories da educação.

Tomei conhecimento do quase-conceito de “diferenças-entre”, preliminarmente, em Nicholas Burbules (2003), quando o autor se propõe a pensar em uma gramática da diferença. De acordo com Burbules (2003), as “diferenças-entre” ensejam uma “dependência da identificação de similaridades, de pontos de referência comuns ou de analogias [tornando-as] inadequadas para compreender os casos de diferença radical” (p. 172). Deixo, no entanto, que Elizabeth Macedo (2014) busque facilitar um pouco mais o entendimento em torno da proposta de Burbules. A autora destaca que a “diferença-entre” contém em si um apelo ao “caráter essencial em que se sustenta a distinção[,] dependente de uma identidade que os sujeitos do grupo diferenciado possuem [e que] surge a partir da comparação entre diferenças preexistentes” (p. 87).

Concordo com Elizabeth Macedo (2014) quando a autora associa tal perspectiva - das “diferenças-entre” - a um registro estruturalista, quando da necessidade de que se encontre uma base, uma estrutura, que justifique os fenômenos. Seguindo este prisma é que surgem es diferentes, aquelus que são apontades como dissidentes de um ponto preliminar tido, não raro, como “correto”, “normal”, “comum”, “saudável”. Avtar Brah (2006) chamará este processo de “diferenciação”, de uma fixação das corporalidades - compreendidas nestas as subjetivações -, que apagam a diferença enquanto fluxo - a qual podemos substituir por *différance -* e consideram, tão somente, o diferente. É diante de tal mecanismo que surgirá aquilo que compreendemos por negre, indígena, deficiente, LGBTIAP+, sempre seguidos por seu par de opostos - branque, cisgênere, heterossexual, magre, capaz.

O que estou tentando dizer com isso - e seguirei tentando - é que torna-se emergente pensarmos nos currículos, nas escolas e na educação como um todo, de forma emaranhada, considerando os corpos que os constituem. “Corpos” estes que não devem ser carregados de uma carga antropocêntrica, considerando somente corporalidades humanas. Falo de corpos humanos, mais-que-humanos e outros-que-humanos. Entretanto, e para tanto, o exercício não deve ser o de pensar “sobre” esses corpos, “a partir” desses corpos, “para quais” corpos, mas em “corpos-com”. Assim, “corpos-com-a-escola”, “corpos-com-o-currículo”, “corpos-com-a-educação”. Movimento de afetação mútua, emaranhado relacional, intra-ação discursivo-material que, ao meu ver, possibilitam constituirmos “tessituras de solidariedade e de convivência”.

Acredito que este movimento radical em torno das identidades - que por si só representam um estanque na vazão (Will Paranhos, 2024b) da *différance -* vem ocorrendo também no campo da educação. Interessante perceber - e me é impossível elaborar aqui um pouco mais este argumento - que este radicalismo avança quase que paralelamente, dentro de uma noção temporal, junto daquele que se amplia nas pautas identitárias. Sempre buscamos definir o sujeito da educação, desde muito antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém esta “definição” me parece ainda mais acelerada com o avanço do conservadorismo em nosso país e, a partir dele, mudanças legais nas diretrizes da educação - planos nacional, estaduais e municipais de educação nos anos de 2015 e 2016, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Novo Ensino Médio (NEM), para citar somente alguns exemplos.

Da mesma maneira como o radicalismo identitário define como es sujeites “devem ser” por meio de um movimento que reforça as “diferenças-entre”, na educação afirmamos - e aqui o “afirmamos” é no sentido de que, mesmo não concordando, fazemos parte do cenário normativo da educação - que es sujeites “devem ser” felizes, autoempreendedores, habilidoses socioemocionalmente, esforçades para conseguir o que querem, sendo que tudo isto depende, muitas vezes, de um bom “projeto de vida”, pois, caso contrário, não poderão compor a parcela hegemônica mais “desejada” dentro do tecido social. Sempre há, mesmo que implicitamente, um “contrário” que reforça e é reforçado pela “diferença-entre”.

Penso que a educação possui os meios necessários para atuar na constituição emaranhada de “futuros reparadores”, os quais “procurariam criar novas economias políticas para a educação que se recusassem a levar para amanhã as lógicas de desumanização e exploração que estiveram na base da institucionalização da educação” (Arathi Sriprakash, 2023, p. 789). Deste modo, esta recusa consiste, também, promover meios para repensarmos a lógica da identidade essencializada que está contida no radicalismo identitário, seja na produção de sujeitos sociais ou dos sujeitos da educação, que acaba nos mantendo, mesmo sem que percebamos, fixades em categorias criadas pelos dispositivos de colonização, o que, ao meu ver, só será possível no instante em que compreendermos que não há mais como nos mantermos em uma posição distante destu “outre” com quem nos emaranhamos na alteridade.

**Referências**

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **cadernos pagu**, v. 1, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).. . Brasília, 06 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 maio 2024.

BURBULES, Nicholas. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In: GARCIA, Reguna L.; MOREIRA, Antônio F. B. **Currículo na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 159 -188.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa e o problema da expressão.** São Paulo, SP: Editora 34, 2017.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** São Paulo, SP: Perspectiva, 2008.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle Convida Jacques Derrida a Falar da Hospitalidade**. Trad. Antônio Romane. São Paulo, SP: Escuta, 2003.

MACEDO, Elizabeth. Currículo, cultura e diferença. In: LOPES, Alice; ALBA, Alícia de. **Diálogos curriculares entre Brasil e México**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2014.

PARANHOS, Will. Corpos-com-outros-corpos-em-si. In: I**I Seminário Internacional Conversações**: currículos, corpos e políticaspoéticas de vida, 2024a. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Estácio de Sá.

[PARANHOS,](http://lattes.cnpq.br/7094765022889634) Will. É PRECISO “VAZAR” O CURRÍCULO. In: Rachel Colacique; Rafael Romano; Simone de Oliveira Coelho; Elizabeth da Silva Guedes. (Org.). **Reflexões e narrativas pedagógicas** [livro eletrônico]. 1ed.Rio de Janeiro/RJ: Ed. dos Autores, 2024b, v. 3, p. 34-42.

PARANHOS, Will; JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa. “Por uma escola gorda!”: difrações a partir do ativismo e estudos do corpo gordo. **Revista Teias**, [S. l.], v. 24, n. 75, p. 150–165, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.78800. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/78800>. Acesso em: 2 abr. 2024.

SRIPRAKASH, Arathi. Reparations: theorising just futures of education. **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, [S.L.], v. 44, n. 5, p. 782-795, 15 nov. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01596306.2022.2144141>.

1. Apesar de ser este o termo utilizado por Butler, creio que o significante “radical” nos leva a produção de sentidos atrelados a algo próximo da negatividade. Utilizo-o por compreender o que a autora pretende com o mesmo, porém faço questão de afirmar que não me sinto “confortável” com a adjetivação de alteridade deste modo. No entanto, ainda não consegui substituí-lo por outro que possa dar o mesmo sentido de força. [↑](#footnote-ref-0)